

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

ALGUMA COISA SOBRE A ESCRAVIDÃO E O NEGRO NO VALE DO PARAÍBA

Ernani Silva BRUNO

Há tempos tive oportunidade de folhear uma coleção do "Diário do Norte", de Pindamonhangaba, dos anos de 1877 e de 1878, cujos anúncios de escravos fugidos, que copiei, constituem material de interesse para o estudo da história social do norte paulista. Pela cidade em que era editado esse jornal, onde - no dizer de um cronista - "os costumes tinham os requintes da vida na Corte" e também pela época, plena segunda metade do século dezenove, penso que essa documentação é bastante representativa do Vale do Paraíba na sua fase caracterizada fortemente pela presença do negro e do café.

E ainda que não fossem numerosos esses anúncios de "escravos fugidos", eles fornecem indicações por vezes curiosas e sempre úteis para quem procure reconstituir os elementos definidores da escravidão naquela região de São Paulo. Indicações relativas, particularmente, ao valor econômico do escravo, à sua procedência e à sua cor, ao seu vestuário, à sua especialização profissional e às suas doenças.

O negro às vezes fugia para muito longe, às vezes mudava de nome. Outro se dizia negro forro. Para não ser pegado novamente, chegava a requintes curiosos de imaginação. Por exemplo, dizendo-se negro mandado pelo senhor à cata de escravos fugidos como se deu com o negro de roca Malaquias, desaparecido da fazenda do Borba, da Baronesa de Paraibuna (...)

Sem dúvida os escravos representavam para os fazendeiros um grande valor econômico. Numa notícia publicada pelo "Diário do

Norte" vê-se que pelo fundo de emancipação, haviam sido libertados em certa ocasião, em Santa Isabel, nove escravos pela quantia de quatro mil trezentos e cinqüenta cruzeiros, valendo, portanto, cada um, aproximadamente, quatrocentos e oitenta cruzeiros. Por seiscentos cruzeiros se avaliava o crioulo Benedito, de dez anos de idade, como se vê em uma publicação do mesmo jornal relativa a uma arrematação judiciária. Por seiscentos e cinqüenta, uma escrava dada como dote. E num edital em que apareciam avaliados diversos bens, mencionava-se um engenho com casa, por cento e oitenta cruzeiros; três bois de carro por cento e oitenta; uma casa de moradia, por seiscentos, um cafezal de três mil e quinhentos pés, por mil setecentos e cinqüenta; o escravo Luciano, por mil e oitocentos cruzeiros; e a escrava Benedita, por dois mil cruzeiros.

Então se compreende o empenho que os senhores faziam em se apoderar de novo dos seus escravos fugidos; as gratificações grandes que eles sempre ofereciam. Essas gratificações variavam na maior parte das vezes de cem e quatrocentos cruzeiros, sendo a mais comum a de duzentos cruzeiros, que é capaz de ter sido uma espécie de praxe para o caso. Alguns proprietários anunciavam detalhadamente a quantia prometida: quatrocentos cruzeiros a quem prendesse o negro e o entregasse; duzentos a quem a notícia certa; cem para quem entregasse "na fazenda Trabiju a seu senhor", cinqüenta para quem prendesse e entregasse em qualquer cadeia.

Encontram-se também os casos mais raros em que o senhor não oferecia pela captura do seu negro mais do que os seus trinta ou os seus cinqüenta cruzeiros. E anúncios curiosos, como este, relativo por certo a um escravo de grande estimação ou então a algum negro daqueles que para o trabalho não havia outro; no primeiro, o senhor oferecia a quem prendesse o negro cem cruzeiros e mais as despesas da condução; dez dias depois, prometia uma gratificação de duzentos cruzeiros; e seis dias mais tarde, em terceiro anúncio, a oferta aparecia elevada para quatrocentos cruzeiros.

É verdade que muitas vezes o interesse do dono não estava só na captura do negro. O escravo fugia carregando dinheiro ou coisas de valor. Dava-se ao luxo de fugir a cavalo, "cavalo russo pedrez", "zaino de marcha de passo", "tordilho branco", como diziam os anúncios.

Levava dinheiro ou "roupa fina em um balaio". Ou como aquele pardo Vicente, fugido do seu senhor de Guaratinguetá, levando "um sobretudo cor de cinza claro, camisas brancas peito de linho, um paletó de linho branco e novo, dois chapéus pretos, um guarda-sol de seda preto inglês, tendo no cabo uma ferradura, uma rede nova, uma almofadinha com fronha tendo escrito na mesma "amizade e união", dois pares de chinelos de tapetes novos, uma navalha velha, uma toalha de rosto e um fraque de brim pardo". Esse escravo, que fugiu assim carregando todo o enxoval do seu dono, ainda carregou um "cavalo arreado com um selim e çaçambas novas, manta de couro preto, um par de botas de couro da Rússia, um par de esporas de metal e um par de botinas de pelica preta".

Qual a origem dos negros do Vale do Paraíba? Sabe-se que as lavouras de café das províncias do Rio e de São Paulo também receberam negros diretamente da África, mesmo depois do início da repressão ao tráfico, citando-se por exemplo o caso da ilha de Marambaia, de Sousa Breves, onde os navios negreiros desembarcavam suas cargas enormes.

Entretanto, os anúncios publicados pelo "Diário do Norte", mostram que a maioria dos escravos fugidos eram negros crioulos, aparecendo apenas um "de Nação", o escravo João, muito conhecido por Candelária, que "tendo vindo para o Brasil muito criança", falava muito bem e passava por crioulo. A estatística de 1887 (Relatório da Comissão Central) relativa a grande número de municípios do Vale do Paraíba, mostra que a população de cor era de 19.489 pessoas, e os africanos apenas 1.255. E dos 3.708 escravos que possuía Taubaté em 1877 (segundo o historiador Paula Toledo) só 137 eram africanos. De modo que devia corresponder à realidade a predominância enorme de crioulos sobre africanos indicada pelos anúncios do jornal.

Apareciam nesses anúncios muitos negros naturais da própria zona do Paraíba, enquanto que outros eram dados como da província do Rio de Janeiro e também da de Minas, particularmente de Ubá e Itajubá. Compreende-se que muitos deles fossem de Minas, trazidos pelos seus senhores, antigos mineradores desiludidos da mineração, quando desceram, no começo do século, para povoar os vales fluminense e paulista.

Também negros procedentes do Nordeste, sobretudo do Maranhão e de Pernambuco, se encontravam no Vale do Paraíba. Sabe-se que dos engenhos nordestinos, em grande parte decadentes no século

XIX, veio uma quantidade muito grande de negros para as lavouras de café de São Paulo.

Muitas vezes, quando o negro fugia, costumava ir para o lugar onde tinha nascido, ou onde tinha parentes livres. Eram comuns nos anúncios declarações assim: "Desconfia-se que este escravo acha-se nas circunvizinhanças de Itajubá, internado pelo primeiro vendedor", "Suspeita-se que se dirigisse para os lados de Itajubá, onde foi comprado e nascido", "Foi comprado no Rio de Janeiro, para onde desconfia-se que tenha seguido", "Desconfia-se que seguiu para Ubá, província de Minas, de onde é natural", "Desconfia-se que fosse para Santa Catarina, porque tem parentes libertos nesse lugar".

Variava muito a cor dos negros a que se referiam os anúncios de escravos fugidos do "Diário do Norte". Aparecia o bem preto, e entre preto e fula, o fula, o pardo-escuro, o pardo, o mulato, o mulato-claro e até o mulato-vermelho, como João Amâncio, escravo de roça fugido de fazenda do Barão de Pindamonhangaba. Aparecia até o alvo, de cabelo corrido, como o escravo Marcolino, de 16 a 18 anos, fugido de Visconde de Pindamonhangaba. De todas as estaturas e corpulências: o baixo e reforçado, o de peito largo e cintura fina, o fino de corpo, o alto e gordo. Os de cabelo liso, corrido, mais liso do que crespo. Muitos usando bigode e até cavanhaque. Um com barba "tocada a ruiva", o mulato-claro João, de Taubaté. E a parda Inácia, fugida de Pinda com "cabelos pretos e quase louros, tem eles cortado bem alto que dá para pentear".

No vestuário dos negros pode-se observar que predominavam os tecidos simples e grosseiros, com o gosto pelas cores vivas. As indicações "fugiu levando roupa de algodão, sem outro esclarecimento, apareciam muitas vezes nos anúncios. O algodão grosso, usado particularmente para roupa de escravos, parece ter constituído a especialização de algumas fábricas. Uma firma de Pindamonhangaba anunciava: "partida de algodão grosso para roupa de escravos das fábricas de Santa Teresa (de Parati), Santo Antônio (de São Luís) e São Pedro de Alcântara (de Petrópolis)". Sabe-se que desde de 1875 havia em São Luís do Paraitinga uma fábrica de tecidos de algodão e de lã, substituindo as antigas indústrias puramente caseiras. A fábrica de tecidos "São Paulo", depois de anunciar algodão e indicar o preço, fazia acrescentar: "este algodão, muito próprio para roupas de escravos, em nada cede ao petropolitano e é muito superior aos das demais fábricas".

Além dessa especialização do algodão grosso, parece ter havido a do "pano azul" para vestir os negros das lavouras. Depois de anunciar diversos tecidos para homens e mulheres, um vendedor de Pinda fazia juntar: "Para os senhores fazendeiros, baetões azuis, japonas, surtuns, sortimento de algodões grossos, etc." Também "jaquetões para trabalhadores e escravos" apareciam nos anúncios do "Diário do Norte".

Mas a verdade é que se apareciam, forrando o corpo suado dos que fugiam dos seus senhores as camisas de baeta azul de morim, brancas de chita, de algodãozinho e riscado, de algodão mineiro riscado, de riscado chimango - tecidos tradicionais no país - começavam a surgir também as calças pardas, as calças de casimira. Ao lado dos paletós de sabor mais antigo e em certo sentido mais brasileiro, de pano azul, forrado de baeta vermelha ou de brim xadrés - apareciam já os paletós escuros e pesados, à européia, paletós cinzentos ou pretos.

Essas novidades atingiam até os chapéus dos negros. Zaluar, o autor da **Peregrinação pela Província de São Paulo**, em 1860, notara que tinha desaparecido de Pindamonhangaba uma fábrica de chapéu de palha nacional que ali existira. E se nos anúncios de negros desaparecidos por vezes figuravam os chapéus brancos, ou de pano branco, já se mostravam também os chapéus pesados e escuros, de pelo pardo, ou os chapéus de lebre, devendo-se lembrar aqui que em 1875, na Capital da Província, já haviam fábricas de chapéus de seda, de castor e de lebre, segundo informa J. Floriano de Godoy no seu estudo **A Província de São Paulo**.

É interessante que algumas descrições mais minuciosas nos anúncios de escravos fugidos permitem reconstituir, de maneira viva e colorida, essa espécie de vestuário mestiço do negro do Vale do Paraíba. Assim, sabemos que o mulato-claro João, fugido de Taubaté, levava "calças e paletó de brim xadrés, japona, ponche de pano azul e chapéu preto". O pardinho de dezesseis anos, fugido do Barão de Mossoró, também de Taubaté, "paletó de pano azul grosso, calça de brim pardo já usada e camisa de morim". O preto pernambucano Luís, desaparecido da fazenda Santa Maria, de Pindamonhangaba, "calças de brim pardo curtas, camisa branca, chapéu de pelo pardo que costuma trazer desabado. O fula Luciano, "uma japona nova forrada de baeta, camisa de chita azul, calça de algodão mineiro riscado, já desbotado e chapéu preto baixo". O fula Benedito, fugido de um sítio de Taubaté, "calça de riscado chimango, surtum preto, chapéu de pano branco". E aqueles cinco negrinhos fugidos

juntos da fazenda de Pirapitingui, do Barão de Pindamonhangaba, Cosme, Vicente, Matias, Benedito e Marcolino, todos eles pela casa dos vinte anos, fugiram levando roupas parecidas, provavelmente as do trabalho, como se estivessem de uniforme.

O vetuário das escravas se torna mais difícil de reconstituir, porque era mais rara a fuga das negras. Apenas aparecem na documentação do "Diário do Norte" a fula Benedita, que fugiu levando paletó de algodão azul trançado e a negrinha Justina, de 13 a 14 anos, fugida de Taubaté, levando "saia de chita, paletó branco e chale de lã com listas cor de rosa.

Outras indicações que o "Diário do Norte" pode fornecer a respeito da escravidão no Vale do Paraíba referem-se à especialização profissional dos escravos. A parte dos anúncios de escravos fugidos publicados no "Diário do Norte" se referia a negros desaparecidos de fazendas. Da Fazenda Córrego Branco, de Guaratinguetá, Independência, de Rezende, Vargem Grande, de São Luís do Paraitinga, Paraíso, Pirapitingui, Santa Maria, Maior d'Espada, de Pinda, São José, Ribeirão das Almas, de Taubaté. Sabe-se, aliás, que a maioria dos escravos, na província, era utilizada em trabalhos rurais. "Dos oitenta mil escravos que teria a Província de São Paulo, escrevia J. Floriano de Godoy em 1875, deve-se supor que pelo menos três quartas partes são empregados na lavoura de café".

Todos os serviços de roça e de preparo de café quem tinha que fazer era o preto. Eram os negros que se espalhavam pelas plantações, enchendo com os grãos de café os cestos de taquara amarrados no seu corpo, enquanto os negrinhos, sentados no chão, catavam as sobras. Eram eles que carregavam fardos enormes, depois das colheitas, quando depois da chuva as trilhas estreitas, nos terrenos acidentados, ficavam que não havia carro de boi que subisse. Eles também que arrumavam o produto da colheita nos terreiros, onde o café ficava tomando sol para secar. Os negros ainda socavam o café no pilão. Como de peneirado o café, os grãos que tivessem escapado da ação do soquete voltavam para os pilões, era trabalho que consumia o esforço de muitos escravos. E porisso tudo os vendedores de negros, nos seus anúncios publicados no "Diário do Norte", falavam muitas vezes em escravos acostumados ao serviço do café.

Entretanto, pode-se observar que em muitas fazendas os negros agüentavam ainda com os trabalhos da criação do gado e do

transporte. Quase todos os fazendeiros de Bananal, "nos tempos prósperos", possuíam invernadas nas partes altas de suas terras, e ali criavam porcos e cavalos de raça, durando muito tempo a fama dos cavalos das fazendas Antilhas, Cachoeira, Rialto, Resgate, Bom Retiro. Os negros tropeiros, arreadores, ferreadores, apareciam com muita frequência nos anúncios do jornal. É que o transporte de mercadorias do Vale do Paraíba ou do Sul de Minas para portos do norte paulista exigia um trabalho difícil de condução, sempre em lombo de mula, serra do Quebra-Cangalho abaixo, empinada como ela só. Porisso se encontram também referências constantes nos almanaques e publicações sobre a zona do Paraíba, naquele tempo, aos "negociantes de tropa solta", aos "alugadores de animais", aos "amansadores de animais".

Os negros é que faziam o transporte de mercadorias das fazendas para os portos de embarque do rio Paraíba. E talvez tripulassem até as barcas a vapor que faziam o transporte do café pelo rio. Essas barcas a vapor, que tinham vinte metros de comprimento e eram tripuladas por nove pessoas, tinham seus portos em Caçapava, Quiririm, Tremembé, Mandu Grande, Pindamonhangaba, Potreiro e Cachoeira. Essa navegação era de grande vulto, desviando, depois de inaugurada a ligação do Rio com São Paulo por estrada de ferro, grande quantidade de mercadorias do tráfego da linha férrea, a ponto do presidente João Alfredo Corrêa de Oliveira, em seu relatório apresentado em 1886 à Assembléia Legislativa Provincial declarar que as rendas da estrada de ferro só aumentavam quando a baixa das águas interrompia a navegação dos barcos que transportavam café pelo rio Paraíba.

Nos anúncios do "Diário do Norte" apareciam ainda os negros serradores, pedreiros, carpinteiros. E ainda os que serviam de cocheiros ou de boleiros nas carruagens das fazendas. Alguns eram homens dos sete instrumentos, como o cabra Bonifácio, "bom pedreiro, carreiro, serrado, falquejador e tropeiro, e entende também alguma coisa de obra grossa de carpintaria e de obras de taquara". O mulato João, "arreador, ferrador, carreiro, e de todo o serviço da roça". O preto Aprígio, fugido de uma fazenda de Pinda, "oficial de carpinteiro, tem prática de roça, trabalha também de pedreiro, é servidor bom".

(Transcrito de "O Estado de S. Paulo", de 18 e 20 de julho de 1944).